



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

**ATA DA 4ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER DE MINAS GERAIS – CEM/MG, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2021.****Presidência de Telma Patrícia de Moraes Santos**

Às 14h15min, reúnem-se através da **Plataforma: Zoom:** [us02web.zoom.us/j/88423601804?pwd=UIJ2VnVnVZ0daRVV2S2VPUW1zWXY0dz09](https://us02web.zoom.us/j/88423601804?pwd=UIJ2VnVnVZ0daRVV2S2VPUW1zWXY0dz09) em plenária extraordinária do Conselho Estadual da Mulher, doravante identificado CEM/MG. A reunião plenária foi dirigida pela Presidente do Conselho Estadual da Mulher, sra. Telma Patrícia de Moraes Santos, e estavam presentes as seguintes conselheiras: Representando a Secretaria de Estado de Saúde - SAS a Sra. Ane Karine Alkimim de Sousa (titular); Representando a União de Negras e Negros pela Igualdade - UNEGRO, a Sra. Arlene Paula Guedes (suplente); Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos - SUBDH a Sra. Juliana de Melo Cordeiro (suplente); Representando a Secretaria de Estado de Educação – SEE a Sra. Leidiane Ferreira Marcelino de Souza (titular) e a Sra. Haline Cristina Ferreira Santos (suplente); Representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, a Sra. Marly Duarte de Souza (titular); Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE/Subsecretaria de Esportes - SUBESP a Sra. Sofia Benfica Blaso de Souza (suplente); Representando a Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, a Sra. Tatiana de Barros Vieira (suplente); Representando a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP a Sra. Tatiane Carvalho Maia (suplente); Representando o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - SINPROMINAS, a Sra. Telma Patrícia de Moraes Santos (titular); Representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB a Sra. Terezinha Lúcia de Avelar (titular) e a Sra. Marilda Silva (suplente), Justificaram a ausência as conselheiras Andreza Rafaela Abreu Gomes (Representante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP); Evelyn Klein Esteves de Lima (Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE/Subsecretaria de Esportes – SUBESP) gosando férias; Jailane Devaroop Pereira Matos (Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos - SUBDH). Auxiliaram na reunião as servidoras da secretaria executiva do CEM: Elenir Rios, Júnia Beatriz Mattos e Arlete Alves. Apresentaram a justificativa de ausência: a Sra. Jailane Matos (SEDESE), Andreza Rafaela Abreu Gomes (SEJUSP), Evelyn Klein Esteves de Lima (Secretaria de Esportes) em férias. Depois de aberta a reunião e verificada a presença das conselheiras, deu-se seqüência às seguintes **pautas: 1 – Aprovação da ata da última Sessão Plenária Extraordinária ocorrida em 13/09/2021; 2 - Posse para as conselheiras representantes governamentais nomeadas no dia 24 de setembro de 2021. 3 – Informes; 4 – Encaminhamentos, e; 5 – Encerramento. A Conselheira Telma** inicia a plenária comentando, sobre a necessidade de ter mais esta 4ª reunião extraordinária, nesse momento tão cansativo e com tantos problemas para dar andamento nas ações e as resoluções andam muito morosas para resolver, de forma muito consciente, de que mesmo carregando a situação do Decreto, e para validar e o conselho não ficar com pendências na alteração do Decreto, e que lutamos tanto por isso, e entra no primeiro ponto de pauta, **Telma** solicita a todas as conselheiras que confirmam o recebimento da ata por e-mail, e pergunta se alguma conselheira deseja fazer alguma alteração. **A Conselheira Tetê** comenta que recebeu a ata fez as observações e foram enviadas para Elenir fazer as alterações, As conselheiras Tatiane **Maia** fala que leu a ata e esta de acordo. **A conselheira Tetê acrescenta** que na reunião anterior elogiou a Ata a respeito da

forma como ela esta escrita, e não sabia dizer se a conselheira Arlene observou a fala dela na ata sobre a intervenção que ela fez quando o Subsecretário Duílio fala que o decreto poderia vim sem passar pelo conselho, entendendo que poderia ter feito sem o conselho e lembra que a conselheira Arlene havia feito esta intervenção e pediu para constar em ata, Tetê conclui que não competia a ela pedir a Elenir para fazer as alterações. **A conselheira Arlene** informa não ter sido ela que fez aquelas intervenções e que possivelmente seria fala da conselheira **Arlete**. **A Conselheira Telma** informa que na reunião anterior foi ela que fez a primeira a intervenção nesse sentido. **A Conselheira Tetê** relata que não interferiu nas falas porque não eram de falas delas e apenas pegou uma carona nas falas para não ficar repetitivas, mas observou que as falas não estavam projetadas de maneira incisiva como foi dito na reunião, e que realmente foi feito uma crítica no momento e solicita que conste nesta ata, como que as conselheiras rejeitaram a forma como foi colocada pelo Subsecretario Duílio em relação ao decreto que não precisava passar pelo conselho, comenta ainda que o Decreto depende da assinatura do Governador e que não precisaria estar passando por isso sendo uma condescendência, algo que estava cedendo para o Conselho e pensa que não é por aí, e que tudo que for partilhado é importante, reflete que o Conselho é importante, as mulheres são importantes, e estão pensando em um Decreto para o Conselho e para as mulheres de Minas Gerais. **A Conselheira Telma** solicita que as conselheiras manifestem caso tenham algo a declarar sobre as observações feitas pela Conselheira Tetê e a falta de ênfase nas falas da última Ata, e se elas tiveram o mesmo sentimento. **A Conselheira Tetê** diz que já se sente contemplada e solicita novamente que conste nesta Ata porque considera que ficou bem suave e não bem da forma que foi dito e as conselheiras fizeram intervenção discordando da forma como foi falado e a percepção de todas foi de que cada uma deve saber o seu lugar e que não são as conselheiras que fazem intervenção em Decreto. **A Conselheira Telma** considera a ata aprovada e solicita para que a Secretaria Executiva possa disponibilizar no sistema SEI para que todas possam assinar também para a validação e andamento na publicação do texto do Decreto. **A Secretária Executiva Elenir Santos**, solicitou a fala, informando que foram feitas as considerações solicitadas pela Conselheira Tetê, e agradece a todas as conselheiras pelo apoio e colaboração por assinarem as Atas e conclui que estão todas as atas assinadas no SEI. **A Conselheira Telma** solicita que assim que a ata aprovada estiver no sistema SEI, para a equipe executiva avisar no grupo zap, para que possa também ser assinada por todas, e passa para o **2º - ponto de pauta: Posse para as conselheiras representantes governamentais nomeadas no dia 24 de setembro de 2021.** **A conselheira Telma** inicia informando sobre a nomeação das conselheiras publicado no diário oficial do dia 24 de setembro de 2021 e passa a posse para as conselheiras representantes governamentais: Sra Leidiane Ferreira Marcelino de Souza (titular) e a Sra. Haline Cristina Ferreira Santos (suplente) representante a Secretaria de Estado de Educação – SEE, Juliana de Melo Cordeiro (suplente) representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, e foram reconduzidas, as conselheiras que estavam com mandatos vencidos: Jailane Mattos - Titular – SEDESE, Fernanda Danielle Gandra Rodrigues – Titular – SEPLAG, Marília Rafael Moreira Marques – Suplente – SEPLAG, Tatiana Silva Moraes – Titular – SEGOV, Andreza Rafaela Abreu Gomes – Titular – SEJUSP, Tatiane Carvalho Maia – Suplente – SEJUSP. **Telma** passa a palavra para as novas conselheiras se apresentarem. **A Conselheira Leidiane** se apresenta como Analista Educacional, da Secretaria de Estado de Educação, e espera poder contribuir com a pauta. **A Conselheira Tatiane** da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, se apresenta e informa que em breve será indicada para ser nomeada como titular e será indicada a Sra. Débora como suplente. **A Conselheira Juliana Cordeiro** nomeada como representante da SEDESE, apresenta-se como suplente da conselheria Jailane Mattos titular e apresenta que atualmente está como Coordenadora da Casa de Direitos Humanos – CDH, e trabalha há 16 anos na SEDESE, e antes na gestão anterior como Diretora de Conselhos já acompanhava o Conselho da Mulher e agora acompanha com enorme satisfação enquanto conselheira e espera aprender e contribuir na pauta em Defesa dos Direitos das Mulheres. **A Conselheira Haline** se apresenta como suplente representando a SEE. **A Conselheira Marilda representante da CTB se apresenta e expõe que vem para** contribuir e somar, ou mesmo tentar resolver as questões do Conselho. **A Secretária Executiva Elenir** solicita que as novas conselheiras empossadas realizem as assinaturas do termo de posse que estão disponibilizados no SEI, e dar as boas vindas a todas e pode contar para juntas, trabalhar na luta pelo direito das mulheres. **A Conselheira Haline** retoma a palavra e relembra que solicitou para a servidora Júnia Mattos, a verificação para as correções da data da posse e substituição da conselheira que não estava corretamente. **A Conselheira Juliana Cordeiro** solicita uma intervenção para esclarecer que o termo de posse deverá ser da data de publicação da nomeação, e que é uma questão técnica e está no Decreto que

o mandato inicia assim que publicado no Diário Oficial mesmo que ainda não tenha tomado posse. **A Secretária Executiva Elenir** informa para Haline, que já foi feitas as modificações do nome da conselheira anterior, e que a data está correta, podendo assinar digitalmente no SEI. **A Conselheira Telma** passa para **3º ponto de pauta - Informes: Telma** comenta que não está sendo uma tarefa fácil, essa alteração do notório saber no Decreto e quanto ao afastamento das conselheiras que candidataram para as eleições municipais, e não ocorre as reconduções delas, e quando faz esse tipo de intervenção, é muito delicado, e muitas pessoas podem dizer: quantas coisas o conselho poderia estar fazendo mas não tem condições de dar continuidade a partir de algo que não se considera correto a partir de algo que não se considera correto e está ferindo o direito de todas. E desde então o conselho tem mantido essa posição de segurança na atuação e interromper para que se organizasse da forma que o Conselho entendeu que deveria ser em relação à composição das cadeiras, e recondução das conselheiras da sociedade civil afastadas. E como que defendemos um outro direito, se no princípio básico o conselho não foi respeitado. É uma existência delicada, é uma luta que iniciamos e que eu espero que tenhamos sucesso, para que os próximos mandatos daqui por diante consigam desempenhar um trabalho de excelência pelas mulheres de Minas Gerais. Temos visto tantas necessidades por aí, e a cada dia mais, pois não diminuem. Telma pede muita participação de todas para o assunto de que está pautando como informes, porque é um assunto de muita participação e manifestação de todas, mesmo dentro desse ponto de informe. Telma continua dizendo o que chegou para ela a respeito do próximo mandato, e que o mandato da sociedade civil estaria vencendo em fevereiro de 2022, Telma antes de iniciar a leitura pede a todas que estiverem algum ponto que intervenha de forma errada e de complementação e se tiver pede para a Secretária Elenir que me corrija. Como se pede antecedência de 60 dias antes do vencimento do mandato, para composição de comissão, seria necessária uma reunião ordinária, para tratar desse ponto para estabelecer a comissão. A Secretária executiva Elenir pede a palavra, e informa que na verdade o prazo seria de cinco meses antes do término do mandato, sendo que já estamos atrasados para iniciar a discussão sobre o novo processo eleitoral. **Telma** agradece e inicia a leitura: Em conformidade com o [Decreto nº 46.961, de 01 de março de 2016](#), que altera o Decreto nº 22.971, de 24 de agosto de 1983, que cria o Conselho Estadual da Mulher, e o Decreto nº 43.613, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre a composição dos Conselhos de Políticas Públicas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências, de acordo com o Art. 2º - O CEM-MG, com composição paritária entre o poder público e a sociedade civil, é integrado por vinte membros e seus respectivos suplentes, designados pelo Governador do Estado sendo: **I - dez** mulheres representantes do poder público, indicadas pelos representantes dos órgãos governamentais, que dispõe sobre a nova composição do CEM. **II - oito** mulheres representantes da sociedade civil, indicadas por entidades organizadas e legalmente constituídas, em funcionamento há, pelo menos, dois anos, com atuação destacada na promoção e defesa dos direitos das mulheres, selecionadas em processo seletivo público. Diante disso salientamos a necessidade de um agendamento de uma Reunião Plenária Ordinária do Conselho com o objetivo de discutir sobre a criação de uma nova Comissão Eleitoral para a Elaboração do Edital de Chamamento para o Processo Eleitoral do Conselho Estadual da Mulher para a nova Gestão de 2022/2024, considerando a aproximação do término do mandato das Conselheiras da Sociedade Civil que ocorrerá em 13 de fevereiro de 2022. **Obs:** Conforme orientações para o agendamento do calendário anual das plenárias dos conselhos, o CEM possui um agendamento para a realização de uma possível reunião plenária ordinária na plataforma Zoom no dia 19/11/21. Telma então faz o comentário do que está se tratando no documento que é justamente sobre o mandato das conselheiras da sociedade civil, e é o ponto que ela menciona. Em se tratando do vencimento do mandato das conselheiras da sociedade civil. E segundo esse trecho de orientação, justamente um dos pontos de discussão é que é precisa da ajuda de todas as conselheiras para tomada de decisão. Esclarece que estamos solicitando alteração de Decreto, que foi aprovado em plenária e ainda não foi publicado. E está com velha composição de oito cadeiras da sociedade civil e vão ser duas de notório saber, com base no texto anterior, e a alteração do Decreto que foi aprovado em plenária, são recompondo dez cadeiras para a sociedade civil. E pergunta como fazer a composição de comissão para edital de chamamento para processo eleitoral, e compartilha com todas a dúvida e não estar dizendo o que devemos e o que não devemos, mas sim uma pergunta: como que ao pleno estabelece uma comissão para essa tratativa, nesse momento que o conselho se encontra? Telma solicita que as conselheiras da sociedade civis se manifestem e também as conselheiras de governo também se manifestem. E a pergunta é: convocamos ou não uma reunião ordinária? **A Conselheira Tetê** pede a palavra e faz um resgate histórico dizendo que não entrou ontem para o conselho e antes

representava o MPM e agora representante do CTB, a conselheira Marly e a Secretária Executiva do CEM, Elenir, lembram de mim. Tetê divide a história com as conselheiras que estão chegando, para que entendam a mochila que vem carregando, esteve também em governos no Conselho e dar os parabéns para todas que organizaram esse Decreto, pois na gestão passada, sempre discordou com o notório saber mesmo estando perto das pessoas que representavam as cadeiras, que eram a Daniela Auad e Gisela, pessoas muito caras para ela e considerava muito as duas, e elas não deveriam estar representando cadeiras, e consegui falar isto com elas, com jogo de cintura, não comendo parte da sociedade civil e sim deveriam estar como, convidadas do conselho. Que elas não poderiam representar faculdade e a Academia, quando ia para plenária sempre falava sobre isso, a Gisela mulher trans e Auad que representava as questões **LGBTQIA+** uma questão frágil, mas conseguiu que elas entendessem, explicava que notório saber, não poderia estar na conta da sociedade civil, e considera que deveria estar na conta do governo, e tiraria duas cadeiras do governo e inserir duas cadeiras do notório saber. E assim ficaria bem dividido. A resistência não era contra as representantes e sim quanto às cadeiras. E a alteração no Decreto é para tirar as cadeiras de notório saber da sociedade civil. Discutiam que seria demorado fazer as alterações no Decreto e sempre considerava que é demorado, mas necessário. Sempre comenta com a conselheira Telma, que não estamos construindo o Conselho para nós, e sinto que para as que vierem, com isso passamos por esses problemas, e esses deslocamentos são para pensar o futuro. Tetê comenta que não está defendendo lugar de **CTB e de SIMPRO, FETAEMG GRAAL**, da sociedade civil, mas está defendendo todas as mulheres, e temos que ter um conselho organizado e ele já foram desorganizados, pensaram de um jeito que não deu certo e temos que consertar, e não estar colocando erro na gestão passada, e é como a Secretária Jucá disse. Quem fez isso fomos nós, erramos, vamos consertar. Fiquei firme e fui incisiva, cansei e cansamos, por insistir na alteração do Decreto. Até no nome do conselho na alteração colocamos todas as mulheres e inserimos a palavra Direitos. O subsecretário Duílio teve uma participação bacana, mas teve os pontos frágeis, quando ele disse que o Decreto poderia ter passado por outro caminho. E tinha que passar é aqui no Conselho da Mulher, que somos nós que olhamos por esses caminhos. E esse trunfo é nosso e de todas que estão chegando, que estão comendo o conselho e está chegando no lugar e recebemos vocês hoje e que recebemos todas com muito prazer. O resgate da posse é que a proposta da Secretária Elizabeth Jucá, e consta em Ata, que ela não iria chamar mais nenhum representante do Governo, porque estávamos com falta de paridade, faltando os dois notórios saber. A recomposição de não nomear foi uma sugestão dela. Sabendo eu que já tinha mais duas para chegar, pois já tinha um documento para indicar para a Secretaria, cujo não indicou. Veio então o afastamento eleitoral, chamado de afastamento, mas o nome que dou é exoneração, banimento, baniou três mulheres. Tanto é que elas não estão aqui e nem vão chegar. Foi muito difícil, se não tinha paridade antes, com a falta de três o que acham que estava acontecendo? A luta para entender essa violência institucional foi grande. Envolveu a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, tivemos reuniões, que estiveram a Dra Mila e Dra Isabel (advogadas), a partir daí o decreto virou um sucesso, foi processo de luta. E nunca é fácil. Sendo que em uma reunião decidimos pela paralisação, estamos paralisadas e estamos aqui em reunião virtual, é importante pensarmos, que estamos paralisadas, mas aqui. É um nó para minha cabeça, porque continuamos dando vazão para as necessidades. É a posse das novas conselheiras, é alteração no Decreto, automaticamente estamos sendo forçadas a tolerar uma situação, mesmo sabendo que estamos abrindo mão da nossa paralisação, para que as necessidades caminhem. E toda a sociedade civil, se não estivermos aqui, vão pensar, que estamos debandando e a culpa ficará com a gente. E tem uma desconfiança de que quem está colocando o pé no freio no Conselho é a sociedade civil e não é nossa intenção, estamos fazendo um movimento de resistência, para que não mais aconteça com as outras mulheres. Ao mesmo tempo estamos aqui, então não vem pra nossa conta e sim de um sistema do conselho que passa pela legislação que apontou um caminho, que não gostamos de trilhar. E para finalizar, o que a Telma leu, que é a comissão de eleição, e aí tudo está caminhando. Falo sempre para escolher representante do governo, pretende ser justa, não é pessoal, como elas são escolhidas? São escolhidas e não passam por esse vexame, de ter documentos analisados e ainda passa pelo momento de eleição. E se você entrar na eleição Conselheira Telma, Marly, Marilda, Tetê, Arlene, se entrar na comissão de boa fé você está fora. Porque quem entra na comissão eleitoral, fica afastada, ela não pode pleitear a ser candidata. Então veja a diferença do tratamento de conselheiras governamentais para as conselheiras da sociedade civil é muito diferente. Você tem penalidade para todo lado. Pergunta-me se quero? Não quero não. Eu não estou desistindo do Conselho da Mulher, “não”, eu quero voltar. A

paralisação foi pela situação imposta para nós. As conselheiras que saíram, não estão satisfeitas, elas estão preocupadas, porque foram retiradas e não é culpa nossa. Entendam tem uma comissão para ser formada aqui. Temos que ter entendimento de quem é que vou para a comissão, eu não vou, pois quero voltar, talvez a CTB me indica de novo, e não é o conselho que fala que eu não volto, por estar na comissão, entenderam como que é a lógica? Eu tenho que me safar desse lugar na comissão, para que minha entidade me indique de novo. É preciso que eu possa ser indicada, aí avisam que eu não posso por ser da comissão, é uma pegadinha grande, a Tetê não vai mais não, ela é de luta ela enfrenta e nem tantas mulheres estão dispostas estou avisando para que não sejam surpreendidas, pode ter alguém de fora pra ser indicada. Sobre qual égide será essa eleição? De outro notório saber? Então, para que lutamos para alteração do Decreto? Acho que quem for para essa comissão tem que lutar e ir sobre a égide do novo decreto que irá ser publicado, depende de assinatura do governo e Telma já recebeu ofício dizendo isso. Que antes publique o Decreto do jeito que fizemos as alterações, das duas cadeiras de notório saber, serão da sociedade civil. É um pedido que faço, e não estou fazendo com rancor, e sim com muita fúria porque temos mais de 10mil lutas aqui dentro, e essa defendendo são as cadeiras da sociedade civil, e se for sem o novo decreto, não participará mais, não agüento mais um momento desse e paralelamente. Se alguma de vocês se candidatar à deputada estadual, tem sim o direito de voltar, eleita ou não. Porque se queremos mais mulheres na política, e podemos ser candidatas, que dicotomia é essa? Que fala de um jeito e faz de outro? Tetê conclui e fala que dará um informe sobre encaminhamento que a Secretaria Jucá fez para o Ministério Público e já avisou na Assembléia que alguma conselheira do governo estava lá e ouviu a fala dela sobre a importância do Conselho e de como fazer um 08 de março com o Conselho paralisado. Para o povo estamos paralisados, mas estamos aqui e caminhando, com muita luta, mas temos que dar uma resposta satisfatória para Minas Gerais, e todas as demandas que vem para o Conselho Estadual, formação, etc está reverberando no Conselho Municipal, essa semana mesmo recebeu o convite para trabalhar no Município de Pará de Minas, e essa tarefa é do Conselho Estadual, e vai trabalhar pela Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher, para cobrir essa falta/paralisação. Precisamos saber em que esteiras estão andando e já peço desculpas para as novas conselheiras, todo esse contexto, mas é um breve relato, e tem uma consulta ao Ministério Público e para ela já não terá como retornar com as conselheiras, e gostaria que a Secretária executiva Elenir fizesse um breve relato sobre as condições da comissão de eleição e das mulheres que serão candidatas da sociedade civil. Sem prejudicar as mulheres que estão neste mandato, e quer ver mulheres como a daqui candidata às eleições na Câmara e Assembléia fazendo coro de luta e agradece a todas. **A Conselheira Telma** abre para comentários das conselheiras a **Conselheira Marly** dá as boas vindas às novas conselheiras, e concorda plenamente com Tetê, e depois daquele áudio que Telma enviou, já conversei com entidade na FETAEMG, e já determinou que não fará parte desta comissão eleitoral, porque pode ser, uma vaga a menos para a sociedade civil, e também se paralisamos, continuamos nosso trabalho, mesmo que tenha sido invisível. Precisamos pensar muito sobre essa eleição, para que não tenhamos mais uma complicação. Temos que segurar a mão uma da outra, para não termos mais uma rasteira. Esse conselho está muito prejudicado e ano que vem temos eleição. Qualquer processo de eleição sabe que não pode candidatar. **A Conselheira Telma lembra** que precisam decidir se sim ou não, para que ocorra reunião ordinária do CEM. Porque apesar de estar no lugar de presidenta, não se sente no lugar de quem deva tomar a decisão sozinha de chamar ou não para reunião. A decisão deve ser coletiva, depois do resgate que a Conselheira Tetê fez, e das colocações da Marly, é muito delicado. Esclareço que essa data de agendamento já estava na previsão no princípio do ano para 19/11/2021, e que não foi Telma ou Elenir que determinaram, faz ou não faz. **A Conselheira Arlene** comenta que desde que como conselheira viu a indignação das conselheiras com o comunicado da exoneração das conselheiras, não representa só a CTB, mas luta pelas mulheres e é importante a gente ocupar esses espaços de luta e acho bem interessante ter essa comunicação das reuniões quando ocorrer, e continuar criando estratégias para mulheres, e continuar a resistir, a esses retrocessos. **A Conselheira Marilda** comenta que é muito lamentável estar conversando sobre essas coisas, pede desculpas para novas colegas que estão chegando para compor esse Conselho, e que essa reunião não pode acontecer dessa forma. As novas conselheiras não sabem, que no período da posse em 2020, com posse virtual ou não, já tem tanto tempo que estamos arrastando com problemas e questões que são inerentes a nossa vontade e essa situação nos foi imposta e estando aqui como suplente da Tetê, representando a entidade e o papel é a causa da mulher. Temos objetivos. O tempo empenhado nas alterações de Decreto é tempo perdido? E é lamentável que nesse período de pandemia, tantas mulheres em situação de violência, e

nós aqui sem poder trabalhar de fato para aquilo que viemos. Para que tem esse Conselho? Trabalho fez com efetividade. Para nós ficou muito complicado. Chamar a comissão temos situações inacabadas e continuamos a seguir em frente? Todas já tivemos alguns problemas em Conselho, mas igual agora me deixa incrédula. Esse Conselho não funcionou na forma que deveria e temos um nome a zelar. **A Conselheira Telma** convida as conselheiras de governo a se manifestarem sobre o assunto. **A Conselheira Juliana Cordeiro** comenta que está iniciando e sendo a primeira plenária que participa fica difícil de se manifestar, mas como a Conselheira Telma colocou sobre a manifestação da plenária e também outras questões que as conselheiras ponderaram é importante o que a Conselheira Tetê colocou, e é necessário que todas da sociedade civil, estejam atentas mesmo. E as conselheiras que compõem a comissão, juridicamente impossibilita que participem da eleição, de um novo mandato. O regimento interno do Conselho, não traz especificações, como os demais conselhos, de como que deve ser essa composição da comissão eleitoral. Sugiro que a composição da comissão eleitoral seja paritária, como por exemplo, quatro membros. Caso o conselho não tem a composição da comissão eleitoral na normativa, fica uma sugestão, de qualquer forma teremos que passar pelo jurídico. Outro ponto importante que a conselheira Tetê colocou é de que deveríamos fazer a nova eleição baseada no novo Decreto, que está ainda em trâmite de publicação. E um dos pontos que faltava para a SEDESE encaminhar o Decreto, é a instrução processual que faltava a Ata. Quanto à reunião ordinária do dia 19/11, não se sente apta a opinar, pois vem de uma questão que as conselheiras vem passando há muito tempo, e que cabe as conselheiras que estão a mais tempo no conselho, mas o que for possível trazer de informações para o conselho podem contar com ela. **A Conselheira Telma** solicita um esclarecimento para a conselheira Juliana sobre como dar seqüência ao processo e quanto tempo consideram que será publicado o decreto? **A Conselheira Juliana Cordeiro** esclarece que quem está acompanhando o processo é a Coordenadoria de Política para as Mulheres (CPM), e não integra a equipe, mas pode buscar informação com a Coordenadora Jailane, e que realmente a publicação de Decreto demora, pois passa por várias instâncias. A título de sugestão, se as conselheiras acharem conveniente formar-se uma comissão que não prejudique quem queira participar do pleito. Quando a comissão eleitoral elaborar o Edital, terá que passar pelo Jurídico da SEDESE, que têm no mínimo dez dias, é muito raro que qualquer documento que seja encaminhado seja 100% redondo, certo. Normalmente ele retorna para algum saneamento. Aí tem que reavaliar e são passos que demoram um pouco também. Então sugiro que se elabore o Edital baseado no Decreto alterado, somente para adiantar o processo, com isto teríamos a comissão formada e uma minuta de Edital e assim que publicar o Decreto, o Edital já estaria bem adiantado para publicação, acarretando menos tempo e sem ter risco de perder o mandato das conselheiras, coloco isto como possibilidade para trabalharmos. **A Conselheira Tetê** comenta que embora seja uma reunião pesada e precisaríamos da Conselheira Jailane presente, e quando Juliana fala da demora, não são as conselheiras que estão com pressa agora, e foram muitas reuniões que aconteceram, com a Dra Mila e Dra Isabel, advogadas da Rede de Enfrentamento, e também com o Subsecretário Duílio e foi feito um rastreamento, antes de trazer para a plenária com dois pontos que deveriam ter sido decidido pelo Conselho. As conselheiras só sinalizaram porque entenderam que são as mulheres, que são plurais, não queriam chamar? "Poder governamental", alteramos o nome, as duas questões que agarraram foram à questão do relatório que as conselheiras governamentais teriam que entregar, além da Ata, e que foi terminantemente contra, a Dra. Mila chegou a concordar, dizendo que elas teriam mais responsabilidade, e minha entidade pede a Ata, e o governo exigiria relatório, seria como desconfiar da conselheira e fazer igual mãe: o que teve lá hoje? Não cabe isso dentro do Conselho, a conselheira **Evelyn** que estava evidenciou que caberia até um processo administrativo e assim punir as conselheiras representantes de governo. E aí dá para ver que não estamos prejudicando o governo e não pedimos além do que temos. Não estamos com pressa, e inclusive solicitamos uma cópia do decreto para ver se não terá mudança, porque papel aceita tudo, e mesmo que em pdf, guarda uma cópia como garantia. O que a conselheira Juliana, fala sobre essa comissão, procede e sente que é dolorosa para a sociedade civil não participar da comissão, mas na última comissão participou Andréa do Socorro, Elenir e Julia Inês da sociedade civil, e podemos dar sugestões e deixar aberto para quem quiser participar, Tetê, a Conselheira Telma e a Conselheira Marly estes nomes não estará na comissão, e considera que é uma saída e como a Julia Inês participou da comissão, mas não entendeu e então não defendeu a questão do notório saber, e ainda solicitou documentos de notório saber que eram absurdos. **A Conselheira Juliana** entendeu que poderiam ser colaboradoras. **A Conselheira Tetê** concorda com Juliana, e lembra que a candidata Santusa não tinha trabalho na faculdade, e comentou que se chamar uma mãe de santo, ela



tem que passar pela Academia? Não, o notório saber independe de academia, e não ajuda na construção. Tetê fala que concorda com a Juliana de formar sim a comissão e é possível, mas entende que a comissão só deve ser formada com uma prorrogação do conselho até o decreto sair publicado e considera que a prorrogação do mandato do conselho é necessário neste ano eleitoral e não estão com pressa e sabe que demora a ser publicado, mas como sociedade civil não esta com pressa, e que se for candidata estará com pressa sim. Inclusive para acabar com essa situação de exonerar quem for candidata e permanecerá paralisado até que o decreto seja publicado e sabe bem que não são as conselheiras que estão com pressa e estavam com pressa no início antes da posse, porque falou várias vezes sobre o notório saber que não poderia ser daquela forma, e poderia com uma caneta só fazer sozinho, mas não foi feito então pensa que devem permanecer firme nesta proposta porque sabe que a comissão pode ser composta por três pessoas e deixar aberto para todas as conselheiras que quiserem se opinar sem ter necessidade de fazerem o cancelamento dos nomes, porque sabemos que não tem tantas mulheres para esta pauta porque é uma luta muito árida, sabendo que a comissão pode ser mista, e a sociedade civil possa indicar alguém para fazer parte desta comissão e quem sabe às vezes tem alguém que não queiram voltar e deseja participar da comissão. Tete fala que acredita que a conselheira Juliana irá levar as propostas e o que vê de pronto, é uma plenária novamente para comissão, após a publicação do decreto, e entende que fica difícil para as conselheiras do governo opinar, nesta situação e precisamos ficar atento e pedir para acelerar o Jurídico e dar foco para a eleição do conselho e se encontra sem condições para sofrer tudo que estão sofrendo agora novamente. Telma pede Tetê que esclareça sobre a proposta sugerida, Tetê esclarece que é não realizar a plenária ordinária no dia 19 de novembro e prorrogar o mandato, com indicações de pessoas de confiança da sociedade civil e que está muito simples. Juliana fala que temos que oficializar para termos uma resposta célere e fazer todas as justificativas desta possibilidade para ter uma resposta oficial e precisamos de formalização e que o conselho depende desta publicação do decreto e deve ser encaminhada via SEI. A conselheira Telma concorda com Juliana e fala da importância de uma resposta oficial do governo para andamento, fazendo estes questionamentos em relação ao decreto e prorrogação dos mandatos, e todos que foram apresentados foram desta forma via SEI. Juliana fala da importância que foi da Secretaria Executiva trazer a pauta sobre a aproximação do término do mandato e agradece, e fala para mencionar no ofício as datas do termino dos mandatos. A conselheira Marilda pergunta sobre a alteração da agenda de reuniões para o conselho se reunir. Telma responde que as datas das reuniões foram todas alteradas e sem prejudicar foi muito tranquilo encontrar agenda disponível. **A conselheira Tetê** propõe que deve ser colocado no ofício a questão da decisão do pleno por manter a paralisação como direito e justificado e ninguém será penalizada por estar paralisada. **4 – Encaminhamentos**, A conselheira Telma coloca em votação a oficialização para o governo, e pergunta se todas estão de acordo, e estando todas de acordo. **5 – Encerramento**. Cumprida a finalidade da reunião, a presidente procede ao seu encerramento, às 16h30min. Eu Júnia Mattos, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todas Conselheiras presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Terezinha Lucia de Avelar, Usuário Externo**, em 09/02/2022, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arlene Paula Guedes, Usuário Externo**, em 09/02/2022, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Melo Cordeiro, Coordenador(a)**, em 09/02/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Telma Patricia de Moraes Santos, Usuário Externo**, em 10/02/2022, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Carvalho Maia Lobenwein, Diretora**, em 11/02/2022, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Marly Duarte de Souza, Usuário Externo**, em 11/02/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41579048** e o código CRC **31AD0CD1**.

---

Referência: Processo nº 1480.01.0011675/2020-04

SEI nº 41579048